

**ORÇAMENTO 2026**

Saúde municipal fica com 5% das emendas impositivas

Divulgação



Mesmo com a exigência legal de que metade dos R\$ 5 milhões das emendas individuais seja aplicada na área. **Página 9**

# TP

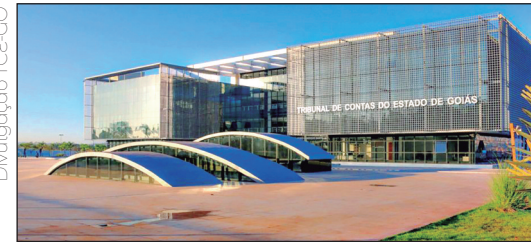
## TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.828 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 18 A 24 DE JANEIRO DE 2026  
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

**RECURSOS PÚBLICOS**

Transparência das emendas em Goiás atinge 64%

Divulgação TCE-GO



Índice não impede aplicação dos recursos e é considerado adequado pelo TCE. **Página 7**

**INVESTIMENTO**

## Daniel Vilela entrega novo HGG e reforça Goiás como referência nacional em saúde pública



Benedicto Braga

Hospital passou por modernização, com investimento de quase R\$ 70 milhões, e amplia padrão de atendimento na rede estadual. **Página 8**

**ESCOLA**

Ano letivo começa com metas claras para a educação em Goiás



Divulgação

Redes estadual e municipal divulgam calendários, ampliam investimentos e reforçam diretrizes para qualidade. **Página 12**

**HERIVELTO NUNES**

Futebol do interior mostra fragilidade no início do Goianão



Crac, Anápolis, Goiatuba e Aparecidense não mostraram qualidades para fazer frente aos clubes da Capital. **Página 11**

**GRIPE**

## Mortes por Influenza aumentam 78% e Saúde apela por vacinação

Casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em Goiás cresceram 61,14% em 2025. **Página 6**

**ENTREVISTA****FRED RODRIGUES**

Vice-presidente do PL Goiás

## PL está aberto para PSDB de Marconi Perillo

Entre lançar candidatura ao governo ou compor com Daniel Vilela, o PL avalia cenários com um olho no Estado e outro no projeto nacional. Fred rejeita a narrativa de divisão interna.

**Páginas 4, 5****ANÁPOLIS**

Mães denunciam atraso do Bolsa Atleta para filhos

Arquivo Pessoal



Falta de repasses do programa municipal compromete treinos, viagens e participação de jovens atletas em competições. **Página 10**

Divulgação



## EDITORIAL

Negacionismo  
**mata!**

Os números não mentem, e acusam. O crescimento expressivo dos casos e das mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave em Goiás é mais do que uma estatística alarmante, é o retrato de uma tragédia anunciada, impulsionada pela baixa cobertura vacinal e por escolhas políticas que custaram — e ainda custam — vidas. Mortes que poderiam, em grande parte, ter sido evitadas.

A explosão de óbitos por Influenza, com aumento de 78%, revelada nesta edição, escancara uma realidade incômoda: o Brasil desaprendeu a se vacinar. Um país que já foi referência mundial em imunização hoje convive com índices vergonhosos, como a cobertura de apenas 1,62% contra a Covid em crianças menores de dois anos. Não se trata de falha logística ou ausência de vacinas. Elas estão disponíveis. O que falta é confiança, e essa confiança foi minada de forma sistemática.

O bolsonarismo deixou uma herança tóxica na saúde pública. Durante anos, a ciência foi atacada, vacinas foram desacreditadas, mentiras foram espalhadas a partir do mais alto escalão da República. O resultado é uma população desinformada, desconfiada e, muitas vezes, induzida a decisões que colocam em risco não só a própria vida, mas a de toda a coletividade. O mais grave: pais e mães convencidos a negar proteção básica aos próprios filhos.

A ocupação de UTIs por crianças e idosos não é obra do acaso. É consequência direta do negacionismo travestido de discurso político. Mesmo quando não impedem a infecção, as vacinas salvam vidas ao evitar o agravamento das doenças. Ignorar isso é negar fatos, é escolher a ideologia em detrimento da vida.

É urgente reconstruir a confiança na ciência e nas políticas públicas de saúde. Vacinar-se não é apenas um ato individual, mas um compromisso coletivo. Cada dose recusada amplia o risco para todos. Persistir nesse caminho é normalizar mortes evitáveis. Isso, um país que se pretende civilizado, não pode aceitar.

## ARTIGO

## Mercado expõe crise na formação e retenção de profissionais em engenharia

O setor de engenharia no Brasil atravessa um período de pressão estrutural que tende a se intensificar nos próximos anos. Enquanto a demanda por projetos de infraestrutura, engenharia consultiva e obras de alta complexidade cresce de forma consistente, a oferta de profissionais qualificados não acompanha esse ritmo. O resultado é um desequilíbrio que afeta diretamente prazos, custos e a capacidade de execução das empresas, transformando a gestão de talentos em um tema central para a sustentabilidade do setor.

De acordo com estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil enfrenta um déficit aproximado de 75 mil engenheiros. Trata-se de um desafio que vai além de oscilações conjunturais do mercado. A escassez é alimentada por múltiplos fato-

res, como a queda no interesse de novos estudantes pelas carreiras de engenharia, a evasão de profissionais para outros setores da economia e a migração de talentos para mercados internacionais mais atrativos.

Diante desse cenário, os modelos tradicionais de recrutamento mostram-se cada vez menos eficazes. A lógica passiva de publicar vagas e aguardar o envio de currículos já não responde às exigências de um mercado aquecido e altamente competitivo. A contratação de engenheiros qualificados passou a exigir uma atuação ativa, contínua e estrategicamente planejada, orientada pela busca direcionada de competências técnicas e comportamentais específicas.

Estratégias proativas de recrutamento envolvem o mapeamento aprofundado de perfis em bases

profissionais, o uso criterioso de palavras-chave, a análise de trajetórias técnicas e a identificação antecipada de talentos alinhados às necessidades reais de cada função. Essa abordagem amplia o alcance do processo seletivo, reduz o tempo de contratação e aumenta significativamente a assertividade das escolhas, fator crítico em posições de alta complexidade.

A incorporação de tecnologias, como inteligência artificial (IA) e ferramentas de triagem automatizada, tem desempenhado um papel relevante nesse contexto. Segundo estudo da Experis Immersive Tech, departamento do grupo Manpower de Tecnologia de Informação, sete em cada dez empresas já utilizam IA e realidade virtual para selecionar pessoal, mas apenas 38% dos candidatos se sentem confortáveis em ter uma candidatura inteira-

mente revista por IA. Essas soluções permitem organizar grandes volumes de informações, priorizar perfis mais aderentes e otimizar etapas iniciais do processo seletivo, tornando a contratação mais ágil e eficiente em um ambiente marcado pela escassez prolongada de talentos. No entanto, a tecnologia não deve substituir completamente o fator humano. Processos excessivamente automatizados tendem a gerar distanciamento e resistência por parte dos candidatos.

Portanto, a interação humana segue sendo indispensável para avaliar aspectos que vão além do currículo, como aderência cultural, expectativas profissionais, capacidade de adaptação e competências comportamentais. Com esse cenário estruturalmente desafiador, empresas de engenharia que ado-

zadas para julgar questões marítimas, portuárias e aduaneiras. A iniciativa garante decisões mais técnicas, uniformes e seguras, fortalecendo a eficiência e a previsibilidade do Judiciário no setor. É preciso considerar que o Direito Marítimo caminha lado a lado com a transição ecológica e a inovação tecnológica. Questões como redução da emissão de carbono, uso de combustíveis alternativos, compliance ambiental e digitalização de processos portuários já são pautas obrigatórias. O setor jurídico tem papel decisivo na criação de contratos e políticas que incorporem essas novas exigências. A chegada de navios autônomos e inteligência artificial na gestão de cargas indica que a advocacia marítima precisará se adaptar continuamente, e isso abre espaço para um novo perfil de advogado, mais técnico, conectado e global.

Um exemplo desse desenvolvimento é o Núcleo 4.0 de Direito Marítimo, sediado em Santos (SP), que reúne competência especiali-

zadas para julgar questões marítimas, portuárias e aduaneiras. A iniciativa garante decisões mais técnicas, uniformes e seguras, fortalecendo a eficiência e a previsibilidade do Judiciário no setor. É preciso considerar que o Direito Marítimo caminha lado a lado com a transição ecológica e a inovação tecnológica. Questões como redução da emissão de carbono, uso de combustíveis alternativos, compliance ambiental e digitalização de processos portuários já são pautas obrigatórias. O setor jurídico tem papel decisivo na criação de contratos e políticas que incorporem essas novas exigências. A chegada de navios autônomos e inteligência artificial na gestão de cargas indica que a advocacia marítima precisará se adaptar continuamente, e isso abre espaço para um novo perfil de advogado, mais técnico, conectado e global.

zadas para julgar questões marítimas, portuárias e aduaneiras. A iniciativa garante decisões mais técnicas, uniformes e seguras, fortalecendo a eficiência e a previsibilidade do Judiciário no setor. É preciso considerar que o Direito Marítimo caminha lado a lado com a transição ecológica e a inovação tecnológica. Questões como redução da emissão de carbono, uso de combustíveis alternativos, compliance ambiental e digitalização de processos portuários já são pautas obrigatórias. O setor jurídico tem papel decisivo na criação de contratos e políticas que incorporem essas novas exigências. A chegada de navios autônomos e inteligência artificial na gestão de cargas indica que a advocacia marítima precisará se adaptar continuamente, e isso abre espaço para um novo perfil de advogado, mais técnico, conectado e global.



Baudilio Gonzalez Regueira



Fernanda Moguinho, sócia e diretora de Recursos Humanos na Vizca Engenharia e Consultoria



Fundado em 7 de julho de 1986  
Estado e impresso por Sistema Planalto  
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente  
Sebastião Barbosa da Silva  
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção  
Cleyton Ataídes Barbosa  
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores  
Andréia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques  
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges  
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br  
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e  
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial  
comercial@tribunadoplanalto.com.br  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO  
em sintonia com você. Escreva para:  
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe  
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

**Tribuna  
Política**

# Fim da neutralidade

Senado



## Chapa federal

O vice-presidente do PL estadual, ex-deputado Fred Rodrigues, na entrevista desta semana à Tribuna do Planalto, antecipou algumas movimentações para a composição da chapa proporcional do partido. A deputada federal Magda Mofatto, que voltou para o PL, o vereador Vitor Hugo e Fred devem sair para federal, além do deputado federal Ismael Alexandrino, que, segundo Fred, já demonstrou interesse em se filiar ao PL. Alexandrino e Zacharias Calil (União) foram os únicos parlamentares de Goiás a assinarem o requerimento de prisão domiciliar para Bolsonaro, além dos deputados do PL. O deputado federal Daniel Agrobom ainda não decidiu se fica ou sai do PL, de acordo com o entrevistado.

## Bolsonaristas fora do PL

Na entrevista, Fred Rodrigues listou parlamentares bolsonaristas que não estão no PL. Um deles é o deputado estadual Gustavo Sebba, do PSDB, "que várias vezes se posicionou a favor de Bolsonaro", frisou Fred. O tucano foi o único parlamentar a compor a mesa diretiva na entrega do Título de Cidadania Goiana ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que não era do PL, além do presidente da Alego, Bruno Peixoto (União). Fred cita também o deputado Amauri Ribeiro, "que está no União Brasil, mas é bolsonarista".

## Invisibilidade

Entre os parlamentares goianos, apenas o senador Jorge Kajuru (PSB) compõe comissões investigativas no Congresso como titular. Kajuru é titular na CPI do Crime Organizado e suplente na CPMI de 8 de Janeiro, que conta também como a deputada Adriana Accorsi como suplente. Nenhum goiano participa do grupo de trabalho criado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para acompanhar as investigações sobre o Banco Master.

## Jovem Pan News

A Jovem Pan News 105,7 FM entra oficialmente no ar em Goiás na próxima semana, inicialmente com a programação nacional. Nos bastidores, a expectativa é que a programação local seja lançada na última semana de janeiro, marcando de vez a presença da emissora no debate regional. Além dos nomes já confirmados, como Carlos Magno e Fernanda Arcanjo, a rádio tem sondado profissionais de outros veículos, em busca de montar um time de peso.

**A** O lançamento da pré-candidatura de Flávio Bolsonaro a presidente parece ter favorecido o governador Ronaldo Caiado em sua pretensão de disputar a eleição para presidente em 2026. No fim de dezembro de 2025, ACM Neto havia dito, em uma reunião com deputados baianos, que o União Brasil apoiaria a candidatura de Tarcísio de Freitas, uma vez que Caiado não havia conseguido se viabilizar eleitoralmente para a disputa. Esta semana, na lavagem do Bonfim, ACM Neto afirmou que "o União Brasil hoje tem um pré-candidato, que é Ronaldo Caiado". "Eu, pessoalmente, tenho uma boa

relação com o senador Flávio Bolsonaro; respeito a pré-candidatura dele pelo PL, assim como nós temos a nossa pré-candidatura pelo União Brasil." "Caiado dentro desse processo eleitoral, todo mundo sabe qual é a minha posição, não pode ser outra. E aí a gente vai conversar e dialogar com todas as correntes que vão do centro até a direita, num propósito maior de garantir essa mudança que a gente deseja para a Bahia e para o Brasil. Vamos fazer um enfrentamento ao PT, vamos trabalhar um projeto de oposição e vamos mostrar que a Bahia e o Brasil precisam e podem ter mudança."

## Dividida

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, também anunciou que deixará o cargo em 22 de março para disputar a presidência em 2026. Confirmada a não participação de Tarcísio de Freitas, a direita caminha para ter Flávio Bolsonaro, Ronaldo Caiado, Ratinho Júnior e Romeu Zema como representantes na eleição presidencial de 2026. Um cenário defendido por Ronaldo Caiado.

## 1º turno

Nesse caso, a principal batalha dos candidatos estaria no primeiro turno e seria com Flávio Bolsonaro, caso se confirme sua candidatura. Ele aparece à frente dos demais nas pesquisas de intenção de votos, mas caso não se eleja, Flávio fica sem mandato. O que deve pesar na sua decisão.

## Desconhecido

Ronaldo Caiado continua pouco conhecido nacionalmente, apesar de ter diminuído esse índice de 68%, há um ano, para 51% do eleitorado brasileiro, de acordo com a pesquisa Quaest divulgada esta semana. Se por um lado isso aponta para uma dificuldade, por outro representa oportunidade de crescimento. Em um cenário nacional estimulado para 2026, Caiado aparece com 4% das intenções de voto, na quarta posição, atrás de Lula (35%), Flávio Bolsonaro (26%) e Ratinho Júnior (9%). Seu percentual cresce no Centro-Oeste/Norte, onde atinge 14% dos votos.

## Em alta

O prefeito Márcio Corrêa (PL) iniciou o ano próximo dos 300 mil seguidores nas redes sociais e, ainda na primeira quinzena de janeiro, ultrapassou a marca de 350 mil. O crescimento reflete um modelo de comunicação direta, baseada na exposição de situações reais e na interação espontânea para resolver demandas da população.

Divulgação



O PSD, que também havia anunciado o apoio a Tarcísio de Freitas, anunciou esta semana que o partido tem dois candidatos, os governadores Ratinhos Júnior e Eduardo Leite. "Hoje o cenário favorece o Ratinho, mas pode ser Eduardo Leite", avalia Kassab.

## 1 Goiás

fechou o ano de 2025 com resultado altamente positivo na balança comercial, alcançando superávit acima de US\$ 8 bilhões.

## 2 As

exportações goianas totalizaram US\$ 13,4 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 5,3 bilhões.

## 3 No mês

de dezembro, o saldo comercial foi de US\$ 613 milhões, resultado de exportações que alcançaram US\$ 999 milhões e importações de US\$ 386 milhões.

## FRED RODRIGUES

# Fred não descarta aliança com Marconi: “Só não vamos compor com o PT”

Andréia Bahia e Lucas de Godoi

**V**ice-presidente estadual do PL em Goiás, Fred Rodrigues fala abertamente sobre as tensões, estratégias e caminhos possíveis do partido para as eleições de 2026. Entre lançar candidatura própria ao governo ou compor com o vice-governador Daniel Vilela, o PL avalia cenários com um olho no Estado e outro no projeto nacional. No centro da estratégia está o Senado, visto pela legenda como o principal instrumento de freio constitucional ao Supremo Tribunal Federal. Fred explica por que o partido aposta em nomes como Wilder Moraes e Gustavo Gayer e rejeita a narrativa de divisão interna. O dirigente fala sobre a gestão de Sandro Mabel em Goiânia e a posição oposicionista do partido. Um retrato direto dos bastidores da direita goiana e das decisões que podem redefinir o jogo político no Estado.

**O partido está dividido entre lançar uma candidatura e apoiar o vice-governador Daniel Vilela?**

Tem uma dinâmica dentro do nosso partido, principalmente vindo do nacional, da necessidade de eleger senador em razão da perspectiva que está no Brasil. A sociedade inteira acredita que é necessário dar um freio no STF, um freio constitucional, e o freio constitucional que existe é o Senado. O STF é frequentemente apontado como uma instituição com menor credibilidade, com maior rejeição e as pessoas sabem sim que estão extrapolando. O PL, a direita, e acredito que até boa parte do centro têm a ambição de fazer um Senado que seja mais cumpridor da Constituição no sentido dessa medida de freio e contrapeso, que é obviamente fiscalizar o que o ministro do STF faz. Nós temos essa disposição. Nós já temos um senador, o Wilder Moraes, que curiosamente também é o nosso melhor nome para o governo. Quando fala dividido não é questão de divisão, no sentido de que há brigas no partido, mas no sentido de que há disposição para dois projetos, lança candidatura ou não lança. Conseguindo eleger o governador talvez não tivéssemos mais um senador, mas temos também um senador

muito bem encaminhado, que é o Gustavo Gayer, o nome mais forte para essa próxima eleição. Não utilizaria a palavra divisão, mas acredito que temos opções e é sempre importante ter opções na política.

**Para o crescimento do PL, o ideal é que lancemos um candidato ao governo, e Wilder é o melhor nome. Mas claro, desde que consigamos garantir a eleição de Gayer.**

**É uma discussão que faz parte do processo?**

Sim, uma discussão que faz parte, mas eu diria que estamos mais encaminhados, até pelas conversas com o Flávio Bolsonaro, que esteve aqui logo depois da lançamento sua candidatura, as conversas que tivemos com Jair Bolsonaro no começo

do ano passado, logo após a eleição municipal, quando ele disse que Wilder seria um bom nome e as conversas com o Valdemar (Costa Neto) também. Seria simplesmente ajustar a questão do Senado, mas como eu disse, é sempre bom ter opções - não só a de lançar ou não candidatura - mas também as de composição.

**A deputada Magda Mofatto voltou para o PL para ajudar nessa aliança com o governo do estado com o aval do presidente nacional do partido?**

Não cheguei a tratar especificamente do caso da Magda. Sabia que tinha a possibilidade de ela retornar ao partido, ela foi eleita pelo partido, um dos nossos quatro deputados, não cheguei a tratar pessoalmente do caso dela, mas eu acredito, pelas conversas que eu tive com o Valdemar recentemente, que a posição final e a influência final será do presidente estadual do partido, que é o Wilder. Obviamente não vamos censurar ninguém, defendemos a pluralidade de ideias, está na base do nosso partido e é o que sempre defendemos para a sociedade. A Magda tem o direito de ter a opinião dela, mas será tudo discutido e, caso ela queira fazer a influência para um lado, não tem problema nenhum. Mas, no final das contas, a decisão vai partir de Brasília.

**A decisão em Goiás depende de quem?**

Para que haja o lançamento da candidatura é necessário a disposição do Wilder de lançar essa candidatura. Essa decisão é dele. O candidato aqui será defi-

nido pelo Wilder. Se teremos candidato ou não será definido por Brasília.

**No ano passado, o vereador Vitor Hugo, ao fazer aquela aproximação entre Daniel Vilela e Jair Bolsonaro, foi muito criticado internamente no partido. O que mudou de lá para cá em relação a uma possível composição, sendo que hoje as duas possibilidades são aventadas?**

O que ficou muito ruim na parte do Vitor Hugo foi que não foi uma discussão que ele levou para o partido. Ele meio que ignorou toda a direção municipal, o Gustavo Gayer, que é o presidente municipal do partido, me ignorou, sou vice-presidente estadual, ignorou o presidente estadual e foi tratar diretamente com o Bolsonaro sobre uma possível composição. A gente nunca fechou as portas para nenhum tipo de opção. Eu acabei de sair de uma campanha de prefeitura e entendi muito bem como funciona isso. Temos que deixar as opções na mesa. O que não pode é atropelar todo um processo, toda uma hierarquia, se quiser chamar assim, apesar de que todos são convidados a participar e todos têm seu peso na opinião. Mas não pode atropelar toda uma hierarquia e ir diretamente só porque supostamente ‘somos amigos do Bolsonaro’. Hoje em dia somos todos amigos do Bolsonaro, todo mundo sacrificou, ele ajudou todo mundo em Goiânia. Não seria justo que eu, através de um interesse pessoal, ignorasse o Gustavo, o Vitor Hugo, o Major Araújo, o Wilder e fosse ao Bolsonaro levar a minha

possibilidade. Foi isso que aconteceu. As tratativas hoje são muito abertas, com participação de todo mundo, todos os vereadores de Goiânia e de Aparecida, dos deputados estaduais e federais, são todos convidados. A diferença é essa. Hoje em dia há um diálogo; naquela época, por uma falha dele, ele até já se desculpou, houve talvez um pouco de imprudência.

**Na sua avaliação, hoje qual seria o melhor caminho?**

A gente acaba ficando encruzilhado porque realmente é necessário fazer o maior número de senadores e a eleição do Gustavo Gayer nós vemos com muito bons olhos. Obviamente, em política nada está certo, nada está batido, a forma mais fácil de perder é achar que já ganhou e a gente já tem um senador. Por outro lado, obviamente, entendemos como o governo é importante. Na eleição do Sandro Mabel, apoiado pelo governador, que utilizou toda a máquina para apoiá-lo, inclusive ficou inelegível e foi cassado por isso, apesar da reversão no TRE, que manteve a condenação pelo uso indevido da máquina pública, e retirou a pena. Ficou reconhecida a força que o governo pode usar. A gente sabe inclusive da capacidade do governo de influenciar os senadores do estado. Nesse momento, para o crescimento do PL, o ideal é que lancemos um candidato ao governo. Temos que ter esse candidato ao governo, e Wilder é o melhor nome, mas claro, desde que consigamos garantir a eleição do Gustavo Gayer.

Fotos: Divulgação



# PODER

**Caso o partido delibere por uma composição no Estado, não lance uma candidatura própria, essa composição seria automaticamente com o governo do Estado ou pode ser com outra candidatura? A candidatura do ex-governador Marconi Perillo pode ser uma opção?**

Interessante é o partido sempre ter opções, e a gente busca essas opções. Temos a opção de lançar a candidatura própria e a de fazer uma composição. O candidato que vem não é Ronaldo Caiado, é Daniel Vilela do MDB, e boa parte do MDB está no governo Lula, que vai ser nosso opositor. O outro nome é o do Marconi, que já foi governador. Há a opção de fazer uma composição, não estou dizendo que é prioridade de forma alguma, nossa prioridade número um é ter o primeiro nome na chapa, mas acredito que as possibilidades de composição ficariam abertas nesses dois sentidos. Podem questionar que ideologicamente Marconi não é próximo. Não, mas o Daniel também não é. E caso houvesse uma composição, levaríamos a nossa ideologia para a composição com a indicação do vice, com a indicação de políticas, de secretarias, porque não seríamos meros espectadores num eventual governo que íamos ajudar a conquistar, íamos levar os princípios e valores da direita para esse governo. Ainda que não seja nossa prioridade, deixamos essas opções abertas para a composição dos dois lados. Só não vamos compor com o PT ou com as candidaturas de esquerda, mas candidaturas de centro e centro-direita podemos analisar,

desde que aceitem os valores e princípios da direita.

**Já houve conversas com o ex-governador Marconi?**

Com o ex-governador não, mas tenho um relacionamento muito bom com Gustavo Sebba, do PSDB, que várias vezes se posicionou a favor do Bolsonaro. Eu costumo dizer que é um dos deputados que está fora do PL, que é bolsonarista, assim como o deputado Amauri Ribeiro, que está no União Brasil, mas é bolsonarista. Temos um relacionamento muito bom e a viabilidade poderia ser discutida.

**“ Goiás é um estado muito bolsonarista, mais bolsonarista que Goiânia. Como conseguimos ganhar o primeiro turno, acredito que o Gustavo conseguiria ganhar em Goiás tranquilamente. ”**

**As dificuldades de uma eventual composição com Daniel seriam as mesmas em uma composição com o Marconi?**

Seria algo para se discutir com nosso eleitorado, mas que fique bastante claro, nossa priori-

dade é a candidatura própria, e isso só seria mesmo em caso de uma definição nacional de que o Wilder deveria se manter como senador. A gente precisa também do presidente da República. Sem o presidente da República, fazer a maioria no Senado talvez não seja tão produtivo como estamos esperando. Mesmo que faça 44 senadores, a Presidência da República influencia muito no voto dos senadores. Precisamos de senadores e da Presidência da República, e se a opção para o governo for uma composição, que ela seja inteligente para que o PL não fique soterrado, não fique sem ter o poder de influência dos valores e princípios da direita no Estado.

**Sozinho ou em uma aliança pequena, o PL tem condições de eleger um senador?**

Uma das vagas sim. O Gustavo Gayer frequentemente sai em primeiro nas pesquisas, e as pesquisas aqui tem uma tendência a errar em nosso desfavor. Wilder foi para eleição em terceiro lugar na sexta-feira e, no domingo, ele ganhou a eleição; eu fui para eleição em terceiro e quarto lugar também, e curiosamente, no domingo, ganhei o primeiro turno. As pesquisas que colocam outro candidato na frente do Gustavo provavelmente estão errado; é o Gustavo que está na frente. Mas é uma dinâmica diferente, tem dois votos, a gente precisaria de um segundo voto muito bom, estamos em conversa com alguns nomes e acredito que seja possível sim.

**Você é pré-candidato a deputado federal. Qual o tamanho da bancada que o PL pretende eleger neste ano?**

O ideal seria que pelo menos mantivéssemos os quatro, com a possibilidade de fazer mais um. Magda tem disposição de voltar, é uma pessoa muito bem votada, uma candidata consolidada, Major Vitor Hugo já mostrou disposição de se lançar para deputado federal, eu tive 284 mil votos aqui em Goiânia, e o presidente Valdemar, Bolsonaro, Flávio, e Michelle Bolsonaro, com quem já conversei, acreditam muito no meu nome, e eu vou trabalhar muito para honrar esses votos. Ismael Alexandrino já mostrou interesse em vir para o PL também,



um deputado de mandato, e tem o Daniel Agrobom, que não se posicionou ainda, se vai querer ficar ou não. Sem dúvida, é uma chapa muito consolidada de nomes fortes. O que a gente precisa agora é fazer o corpo da chapa.

**Os puxadores de votos seriam esses que citou?**

Acredito que sim por causa dos mandatos. Ainda estão muito incipientes as conversas, há possibilidade de vir mais pessoas, grandes nomes, e o PL já se consolidou como um partido que vai lançar grandes nomes, vão ser candidaturas extremamente competitivas, fortes em voto. A gente precisa fazer um meio porque queremos criar também a possibilidade para as pessoas crescerem, e com um número forte de candidatos na cabeça a gente consegue fazer uma vaga extra que vai ser disputada pelo pessoal que está no meio. Isso pode ser um chamariz para esses outros nomes que têm interesse.

**O PL puro sangue é competitivo ou será necessário compor com partidos mais de centro?**

Eu acredito que é possível sim. Mas para que fique muito claro, não fechamos a porta para nenhum dos partidos, absolutamente nenhum dos partidos. Simplesmente disse que a prioridade para contratações seriam critérios técnicos e que o próprio partido poderia indicar os critérios. Em nenhum momento falei não quero você, a não ser obviamente os partidos de esquerda. Eles achavam que teriam o que queriam com Mabel, e hoje estamos vendo que não está sendo bem assim. A Câmara

está o dia inteiro em pé de guerra extremamente beligerante com o prefeito. Acredito que dessa vez eles entenderiam o nosso recado: vamos fazer uma gestão técnica, uma gestão boa para realmente tentar tirar um pouco da influência política que atrasa. Tem influência política boa e tem influência política que atrasa, quando começa a indicar cargos fechados para secretaria, entrega a secretaria inteira para o partido e não tem nunca a possibilidade de indicar alguém bem. Entendendo isso a possibilidade de construção melhora bastante, até porque eles já entenderam, espero que tenham entendido com o Mabel, que o simples fato de ter feito uma promessa na campanha não quer dizer que ela vai ser cumprida durante o mandato.

**Qual o impacto que o PL avalia que a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro terá nas eleições deste ano?**

A gente acaba ficando refém das decisões que são tomadas de última hora pela Justiça Eleitoral. Não sabemos quais resoluções serão passadas, se proibirão imagens com o presidente Bolsonaro, coisa que não foi feita com o Lula em 2018, quando estava preso por crimes reais de corrupção, mas pode ser que façam isso. Em 2022, sequer poderia associar Lula ao Nicolás Maduro, e ele foi convidado várias vezes para estar no Brasil durante o mandato de Lula. Temos essa preocupação de que talvez as regras sejam mudadas durante o jogo, mas a prisão em si de Bolsonaro fez levantar uma chama nas pessoas que têm agora noção completa da injustiça que foi cometida. É, sem dúvida, o maior líder político do Brasil, de longe. Nenhum líder político se manteve em evidência durante tanto tempo sendo tão perseguido. Lula não sofreu 10% das perseguições que Bolsonaro passou. O nome dele vai continuar ajudando, vai continuar sendo grande e principalmente vai mostrar as pessoas que realmente estavam interessadas no crescimento da direita, e não estavam sendo oportunistas, utilizando o nome de Bolsonaro, porque, teoricamente, agora ele estaria mais fraco. O que vemos nas ruas e conversando com esse eleitorado, esse núcleo duro da direita, são pessoas extremamente indignadas e querendo saber o que podem fazer para que essa injustiça não continue.

[Leia mais no site](#)

[www.tribunadoplanalto.com.br](http://www.tribunadoplanalto.com.br)

## SAÚDE

# Mortes por Influenza aumentam 78% e Saúde apela por vacinação

Casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em Goiás cresceram 61,14% em 2025, em comparação com 2024

Carla Borges

Goiás registrou, em 2025, 12.047 casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), número 61,14% maior do que o total do ano anterior, quando foram notificados 7.476. São situações graves de gripes e complicações, que levaram a internações, muitas vezes em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e provocaram sobrecarga no sistema de saúde e também mortes. Foram 825 óbitos em 2024 e 874 no ano passado, o que representa um aumento de 5,93%. Quando são consideradas apenas as mortes provocadas por Influenza, o crescimento no período comparado foi de 78% (veja quadro nesta página).

A situação ganha contornos mais preocupantes por serem casos evitáveis, por meio de vacinação contra a gripe (Influenza) e contra Covid-19. Mas os números da cobertura vacinal são ainda mais preocupantes. A cobertura vacinal para Covid foi de apenas 1,62% da população menor de 2 anos. Em 2024, foi ainda pior, apenas 1,53%. Já a cobertura vacinal para Influenza é melhor, chegou a 50,43% no ano passado, com leve aumento em relação ao ano anterior, mas ainda muito distante dos níveis alcançados antes da pandemia, com picos de até 95%.

Outro fator de preocupação é a disseminação da cepa H3N2 do vírus, responsável pela gripe K, que provocou uma explosão de casos nos Estados Unidos, com mais de 15 milhões de infectados e 74 mil mortes desde dezembro do ano passado. Na Europa, a disseminação do



**Flúvia Amorim, subsecretária de Vigilância em Saúde: apelo para que a população se vacine**

## SAIBA MAIS

Casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em Goiás

Ano	2024
Total	7.476
Por Influenza	906
Por Covid-19	962
Ano	2025
Total	12.047
Por Influenza	2.281
Por Covid-19	690

## Óbitos por SRAG

Ano	2024
Total	825
Por Influenza	114
Por Covid-19	216
Ano	2025
Total	874
Por Influenza	204
Por Covid-19	123

## Cobertura vacinal

Para Influenza	
2024	48,84%
2025	50,43%
Para Covid-19	
2024	1,53%
2025	1,62%

Fonte: SES-GO

vírus levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a emitir um alerta global. Em dezembro também foi confirmado o primeiro caso de gripe K no Brasil.

Subsecretária de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO), Flúvia Amorim disse à Tribuna que para 2026 é esperado outro



**Cobertura vacinal para Covid em crianças de até 2 anos é de apenas 1,62%**

aumento no número de casos no período de sazonalidade da gripe. Período que, por sinal, vem começando cada vez mais cedo. "Ele tem se antecipado, para fevereiro, março, e coincide com o período em que há aumento de casos também de dengue", observa Flúvia. "Nos últimos anos, tem começado em fevereiro", acrescenta ela, associando o início do aumento da transmissão ao carnaval.

## GRAVIDADE

Flúvia destaca que houve muitos casos de SRAG provocados pelo vírus Influenza no ano passado, mais do que pela Covid. Ela relata que, desde 2021, na época de maior gravidade da pandemia, a maioria dos casos graves era por Covid. O pior é que a grande maioria poderia ter sido evitada com a vacinação. Mesmo nos casos em que a vacina não evita que a pessoa fique gripada, ela protege contra o agravamento.

A subsecretária pontua que as autoridades de saúde

fizeram campanhas e "Dias D" de vacinação, no intuito de sensibilizar as pessoas a se vacinarem. Mas o apelo foi muito pouco atendido. Ela conta que a SES-GO fez a genotipagem do vírus, para se certificar de que a cepa que estava em circulação era protegida pela vacina contra a gripe fornecida pelo Ministério da Saúde em 2025. A resposta foi positiva. "Entre os casos que tivemos, grande parte foi de pessoas que não se vacinaram", argumenta. E o final da curva de casos mostra que a Covid está voltando. "As pessoas pensam que não existe mais Covid, mas o vírus está aí", alerta a especialista.

Outro fator para preocupação é o aumento dos casos de doenças provocadas pelo vírus sincicial respiratório, responsável pelos casos de bronquiolite em crianças menores de 2 anos, que também tiveram aumento no ano passado. Goiás recebeu doses da vacina contra esse vírus, enviadas pelo Ministério da

Saúde, que se destinam às gestantes. A imunização das grávidas faz com que as crianças nasçam protegidas. Em fevereiro, adianta Flúvia, a SES deverá receber o tratamento para o vírus sincicial, o Nirsevimabe, que é o anticorpo injetável.

## APELO

Flúvia Amorim faz um apelo para que a população entenda que é preciso se vacinar, que não se trata apenas de proteção individual, mas coletiva. "As UTIs ficam cheias, principalmente de crianças e idosos, que são os grupos mais vulneráveis", justifica, acrescentando que as vacinas são eficazes e seguras e estão disponíveis nos postos de imunização. Apenas no final de março devem chegar as doses com a vacina que será usada em 2026, na campanha nacional. "Até lá, temos a vacina utilizada em 2025 disponível nos postos e ela oferece proteção", diz a subsecretária. Quem não se imunizou em 2025 pode tomar a vacina, caso em que terá de fazer um intervalo de 30 dias até tomar a nova dose, a de 2026.

A situação é mais crítica em relação à Covid, cuja vacina está nos postos, mas as pessoas não estão se vacinando. Flúvia explica que é preciso se imunizar, por mais que o vírus sofra mutações, principalmente as crianças, que nascem sem proteção. No entanto, mesmo com a vacina no calendário nacional, muitas mães não aceitam vacinar os filhos e preferem correr o risco de expô-los sem proteção ao vírus. "A vacina protege contra as formas graves da doença e reduz as chances de agravamento e morte, principalmente de idosos", assegura Flúvia.

A boa notícia é que a cobertura vacinal para algumas doenças está aumentando. É o caso da vacina BCG, que protege contra a tuberculose, que atingiu 90% de imunização do público-alvo. Outras, como pentavalente e hepatite B, também estão crescendo, atingindo a casa de 80%. Ainda assim, é preciso aumentar. "Precisamos atingir o grau ideal, de 95% de cobertura em todas as vacinas", diz Flúvia Amorim.

# PODER

## RECURSOS PÚBLICOS

# Transparência das emendas em Goiás atinge 64% e TCE-GO exige ajustes

Divulgação TCE-GO

Serint atribui diferença para os 100% à dispersão de dados em vários portais e afirma que elabora plano de ação para criar uma plataforma unificada e padronizar as informações



**Após avaliar a transparência das emendas estaduais, Tribunal amplia o foco e inicia auditoria em dez municípios goianos**

Arthur Oliveira\*

A transparência na destinação das emendas parlamentares em Goiás foi alvo de apuração do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que concluiu a aferição do nível de publicidade dos recursos estaduais. O levantamento aponta que o Estado alcançou 64,17% de transparência ativa, índice considerado adequado segundo a metodologia aplicada, mas ainda distante do patamar de conformidade exigido pelas normas mais recentes do controle externo e pelas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

O dado revela um cenário intermediário, não há impedimento para a execução orçamentária das emendas, mas permanecem desafios estruturais para garantir a rastreabilidade total dos recursos públicos. A análise foi conduzida entre os dias 29 e 31 de dezembro de 2025 e atende à Resolução Normativa nº 11/2025, editada em consonância com as determinações do STF sobre padrões mínimos de publicidade das emendas parlamentares.

Para isso, o TCE-GO aplicou o Indicador de Trans-

parência Ativa em Emendas Parlamentares (TAEP), metodologia desenvolvida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e ajustada à realidade estadual. O índice avalia quatro dimensões principais: divulgação, detalhamento, acessibilidade e atualização das informações disponibilizadas nos portais oficiais.

Segundo o presidente em exercício do TCE-GO e relator do processo, conselheiro Sebastião Tejota, o resultado da aferição permite concluir que “não há objeção para a execução orçamentária das emendas relativas ao exercício de 2026”. Ao mesmo tempo, o relatório técnico destaca a necessidade de medidas corretivas e melhorias para que o Estado alcance a conformidade integral com as disposições normativas.

Essas medidas foram discutidas em reunião realizada nesta quarta-feira (14) entre o Tribunal, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a Secretaria de Estado de Relações Institucionais (Serint). No encontro, os representantes do Executivo apresentaram os fluxos atualmente utili-

zados para dar transparência às emendas e detalharam os ajustes que estão em fase de planejamento.

Entre as determinações feitas pelo TCE-GO estão a divulgação da listagem completa das emendas aprovadas, e não apenas daquelas já empenhadas, a descrição detalhada do objeto do gasto, com indicação clara do projeto ou atividade a ser executada, além de um cronograma de execução que permita o acompanhamento público da aplicação dos recursos. O Estado tem prazo de 15 dias para apresentar um plano de ação formal.

Os números ajudam a dimensionar a relevância do tema. Dados do Observatório do Cidadão mostram que, em 2025, o valor autorizado para emendas parlamentares individuais impositivas chegou a R\$ 531,6 milhões, o que representa um crescimento de 12,2% em relação a 2024. Apesar do aumento no volume autorizado, a proporção efetivamente paga caiu: em 2025, foram pagos 74,9% do total autorizado, enquanto em 2024 esse percentual havia sido de 95,1%. Já as transferências especiais, conhecidas

como emendas Pix, representaram 4,4% do valor pago em 2025, contra 16,5% no ano anterior.

Já os números previstos para 2026 também reforçam o peso do tema para o Orçamento Estadual. A proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, já aprovada pela Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), estima uma receita total de R\$ 53,4 bilhões para o próximo exercício. Dentro desse montante, as emendas parlamentares individuais alcançam até R\$ 13,8 milhões por deputado, reforçando a centralidade desse instrumento na relação entre o Legislativo, o Executivo e os municípios.

Questionada sobre os apontamentos do Tribunal, a Serint reforçou, em nota, que a transparência das informações relativas às emendas parlamentares foi classificada como adequada pelo TCE-GO. Ainda assim, a pasta informou que irá aprimorar a formatação e a navegabilidade do Portal da Transparência, com o objetivo de facilitar o acesso do público externo. A secretaria destacou também que já realiza a publicação dos instru-

mentos jurídicos relacionados às emendas, assegurando o acesso às informações consideradas essenciais.

Sobre os fatores que impedem o Estado de alcançar 100% de transparência, a Serint explicou que atualmente os dados estão distribuídos entre diferentes portais, como os da própria secretaria, da SES, da Secretaria da Educação (Seduc) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Como resposta estrutural, está em elaboração um plano de ação para implantação de um portal unificado, que reúna, de forma centralizada e padronizada, todas as informações sobre emendas parlamentares. Na avaliação da pasta, não há falhas propriamente ditas, mas sim a necessidade de ajustes pontuais na apresentação e organização dos dados.

O relatório do TCE-GO reforça que a discussão sobre transparência vai além do cumprimento formal de índices. Trata-se de garantir que o cidadão consiga identificar com clareza quem indicou a emenda, para onde o recurso foi destinado, qual a finalidade do gasto e em que estágio se encontra a execução.

## Municípios também estão na mira da fiscalização

Na mesma linha, o TCE-GO também vai iniciar, nos próximos dias, uma auditoria para fiscalizar a aplicação de emendas parlamentares impositivas em dez municípios goianos, abrangendo recursos pagos nos anos de 2024 e 2025. O volume analisado soma R\$ 91,1

milhões, montante que servirá de base para a definição do escopo da fiscalização.

A auditoria ficará sob relatoria do conselheiro e presidente em exercício Sebastião Tejota e abrange dois municípios em cada uma das mesorregiões goianas: norte, noroeste, centro,

leste e sul. O objetivo é verificar a conformidade da aplicação dos recursos com a destinação prevista, além do cumprimento de critérios de transparência, publicidade e rastreabilidade.

O Tribunal aponta que falhas no processo de execução das emendas podem gerar

riscos relevantes, como uso ineficiente dos recursos, atrasos na entrega de bens e serviços, retrabalho administrativo e prejuízos ao controle social.

Entre os municípios fiscalizados estão Anápolis, com mais de R\$ 30,5 milhões recebidos no período, Luziânia e

Águas Lindas de Goiás, no Entorno do Distrito Federal, além das cidades Porangatu, Niquelândia, Piranhas, Araguaçaz, Hidrolândia, Pires do Rio e São Simão.

\*Arthur Oliveira é estagiário sob a supervisão de Andréia Bahia

## INVESTIMENTO

# Daniel Vilela entrega novo HGG e reforça Goiás como referência nacional em saúde pública

Hospital passou por modernização, com investimento de quase R\$ 70 milhões, e amplia padrão de atendimento na rede estadual

## Da Redação

O vice-governador Daniel Vilela entregou, na quinta-feira (15/1), em Goiânia, o novo Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (HGG), após um ciclo de modernização que soma investimento de quase R\$ 70 milhões. O valor abrange obras de melhorias de infraestrutura e a aquisição de novos equipamentos, com a entrega das novas alas de internação clínica e cirúrgica, com 145 leitos em 75 apartamentos totalmente revitalizados, ampliando a oferta de procedimentos complexos e reforçando o padrão de qualidade adotado pelo Governo de Goiás na saúde.

Para Daniel Vilela, o HGG fortalece a excelência da saúde pública estadual, uma vez que “a expertise do hospital permite oferecer cirurgias mais complexas, que deman-



**Daniel Vilela entrega novos 145 leitos no HGG: investimento de quase R\$ 70 milhões para garantir saúde de qualidade aos goianos**

dam uma equipe altamente especializada, e isso tem feito com que Goiás alcance os primeiros lugares dos rankings nacionais”. O vice-governador lembrou que, em levantamento recente da Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), o Estado de Goiás concentra, sozinho, 10% dos melhores hospitais públicos de todo o Brasil.

Entre os diferenciais tecnológicos, o HGG conta com dispensário eletrônico de medicamentos e prevê a aquisição de um robô para cirurgias robóticas, que tornará a unidade a primeira da

rede pública a operar com esse tipo de tecnologia. A expansão também inclui a compra de uma nova área para consultórios e ambulatório, conectada ao hospital por um túnel subterrâneo, ampliando o fluxo assistencial e a capacidade de atendimento.

O secretário de Estado da Saúde, Rasível Santos, destacou a relevância da unidade para a saúde pública em Goiás e o avanço da política estadual, sob gestão do governador Ronaldo Caiado. “O HGG é extremamente importante para a rede, é um hospital de excelência. Desde

2019, o governador tem investido na expansão da rede e melhorado o acesso. Agora, avançamos cada vez mais na qualidade e na integração, com mais eficiência para o sistema”, disse.

Ao comentar a condução administrativa da unidade de saúde, o diretor-técnico do HGG, Marcelo Rabahi, associou os resultados à responsabilidade na gestão pública. “Temos sido honestos para fazer a gestão como tem sido feita pelo governador Ronaldo Caiado e aqui representado pelo vice-governador Daniel Vilela, com respeito ao dinheiro

público em todas as áreas de atuação do Estado. Isso impacta na ação de cada um de nós que trabalhamos no serviço público”, afirmou.

Para o prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, a estrutura entregue amplia também o atendimento à população da capital. “Isso é uma segurança para a nossa população, ter um hospital nessa dimensão. Aliás, não só este, mas as estruturas do Estado são muito boas em termos de hospital em Goiânia”, declarou.

## ENTREGAS

Além da inauguração das novas alas, durante a solenidade foram inauguradas a nova recepção social e a galeria de arte Célia Câmara. Os pacientes e familiares também passaram a contar com um espaço de convivência para um acolhimento, e a acessibilidade do hospital foi reforçada com instalação de piso e mapa táteis, audiodescrição e atendimento em Libras.

O HGG é uma das maiores unidades de saúde de Goiás, com serviços de referência em diversas especialidades. Foi o primeiro hospital público do Estado a receber selo de qualidade da Organização Nacional de Acreditação (ONA) e figura entre os 40 melhores hospitais públicos do Brasil.

## SEGURANÇA

## “A vida do bandido vai piorar”, afirma Daniel Vilela durante entrega de helicópteros policiais

Com investimento de R\$ 135,2 milhões, o Governo de Goiás incorporou quatro helicópteros à estrutura da Secretaria de Segurança Pública, ampliando a frota própria do Estado para oito aeronaves. Durante a entrega, na segunda-feira (12/1), na Praça Cívica, o vice-governador Daniel Vilela avaliou que o reforço operacional amplia a capacidade de resposta das forças de segurança e sustenta o bom desempenho de Goiás no cenário nacional.

“Nós não somos referência em segurança pública no Brasil por acaso. Isso foi fruto de esforço, trabalho e responsabilidade, sob a liderança do governador Ronaldo Caiado,

com responsabilidade fiscal, investimento em inteligência e equipamentos. Hoje, os nossos policiais têm os melhores equipamentos do mundo. Se a vida do bandido já estava difícil, ela vai piorar muito mais, vai piorar muito mais”, declarou Daniel Vilela.

O avanço ocorre após um período prolongado de restrição operacional. A Polícia Civil estava há 14 anos sem aeronave, desde o acidente de 8 de maio de 2012, que vitimou oito pessoas, entre delegados, peritos, piloto, copiloto e um preso. Já a Polícia Militar passou 40 anos com apenas um veículo do tipo. Segundo destacou o vice-governador, “hoje, a situação

é outra: estamos com oito aeronaves e chegarão mais duas em breve”.

Com as aquisições, o Governo de Goiás anunciou a criação de duas novas bases aéreas policiais, sendo uma no Entorno do Distrito Federal e outra na região Sudoeste. “Luziânia será a base no Entorno, e a outra será em Rio Verde. Depois, vamos fazer na região Norte e ir ampliando, com o Daniel Vilela, pelo Estado todo, para agilizar as ações no combate à criminalidade”, explicou o governador Ronaldo Caiado.

## REFORÇO AÉREO

A aquisição foi viabilizada na modalidade fundo a



**Vice-governador Daniel Vilela durante a entrega de quatro helicópteros; veículos reforçam a segurança pública em Goiás**

fundo, com transferência de recursos da União, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, para o Estado. As quatro aeronaves já estão em atividade e são do modelo Airbus/Helibras AS350B3a (H125), da família Esquilo. Duas unidades serão

usadas pela Polícia Militar, uma pela Polícia Civil e outra pelo Serviço Aéreo do Estado de Goiás (Saeg). Um dos equipamentos conta com sistema de imagens aéreas, capaz de captar, gravar e transmitir imagens e dados em tempo real.

# PODER

## ORÇAMENTO

# Saúde municipal fica com 5% das emendas impositivas em Goiânia

Unidades da rede própria, como CAIS, UPAs e CAPS, recebem parcela reduzida das emendas parlamentares

Lucas de Godoi

A rede própria de saúde de Goiânia recebeu cerca de 5% do total das emendas parlamentares impositivas indicadas pelos vereadores no orçamento de 2026. Do montante aproximado de R\$ 185 milhões, pouco mais de R\$ 9 milhões foram direcionados diretamente à saúde municipal, apesar da exigência legal de que 50% das emendas sejam aplicadas no setor.

A maior parte das emendas impositivas destinadas à saúde é direcionada a entidades sociais, responsáveis pela execução de ações em locais indicados pelos parlamentares. Entre as atividades financiadas estão consultas, exames, mutirões de atendimento e a distribuição de óculos de grau, iniciativas que, embora atendam demandas pontuais da população, não fortalecem a estrutura permanente da rede própria e costumam ganhar maior visibilidade em períodos eleitorais.

Dos 37 vereadores de Goiânia, apenas 16 destinaram algum valor à rede própria de saúde no orçamento de 2026. Isso significa que 21 parlamentares, a maioria da Câmara, não indicaram nenhum centa-

Divulgação



**Estruturas públicas de saúde seguem com baixa destinação de emendas**

vo para o setor, mesmo com cerca de R\$ 5 milhões disponíveis por vereador em emendas impositivas e com a exigência legal de que metade desses recursos seja aplicada em saúde.

Entre os maiores volumes aparece o vereador Thialu Guiotti (Avante), com R\$ 1,5 milhão em emenda única aplicada em custeio e investimentos gerais da Secretaria Municipal de Saúde. Com a mesma cifra, Major Vitor Hugo (PL) indicou a maior parte, R\$ 1,2 milhão, para aquisição de mobiliário e custeio de consultas, exames, procedimentos ambulatoriais e de urgência para o CAIS Cândida de Moraes, que a Prefeitura de Goiânia deverá reformar.

Há receio de profissionais da saúde e da comunidade sobre o possível fechamento da urgência e emergência da unidade, o que foi descartado pelo prefeito Sandro Mabel (UB) na última semana.

Médica, a vereadora Rose

Cruvinel (UB) indicou cerca de R\$ 1,23 milhão, com foco no Centro de Atenção Integral à Saúde e na manutenção da rede municipal. Já o vereador Bessa soma pouco mais de R\$ 1,35 milhão, direcionados ao custeio dos serviços, sem indicação de obras estruturantes.

Também médico, Dr. Gustavo destinou apenas R\$ 200 mil para custeio, manutenção e aquisição de equipamentos para três unidades básicas de saúde e para um projeto de educação sobre primeiros socorros.

Outros vereadores optaram por valores intermediários ou pontuais, como Professor Edward (PT), que indicou cerca de R\$ 440 mil para o custeio do Fundo Municipal de Saúde. Coronel Urzêda (PL) reservou R\$ 400 mil para compra de aparelho de ultrassonografia e acondicionados para o CIAMS Novo Horizonte. Sanches da Federal (PP) aparece com R\$ 401,6 mil, voltados a custeio e

investimentos.

Já Bruno Diniz (MDB) indicou aproximadamente R\$ 301,6 mil, direcionados ao custeio de unidades como CAIS e serviços ambulatoriais. Aava Santiago (PSDB) destinou R\$ 200 mil para aquisição de equipamentos.

Na faixa inferior, estão Heyler Leão (PP), com R\$ 135 mil e Markim Goyá (PRD), com R\$ 101,2 mil. Oséias Varão (PL) destinou R\$ 99,6 mil e Cabo Senna (PRD) reservou apenas R\$ 15 mil à saúde municipal, valor considerado simbólico diante do orçamento disponível a cada parlamentar.

### EXCEÇÃO

A vereadora Kátia (PT) adotou um caminho distinto na destinação dos recursos públicos a que tem direito. Dos cerca de R\$ 5 milhões em emendas impositivas previstos para o próximo exercício, Kátia destinou R\$ 3,35 milhões, aproximadamente 70% do total, diretamente ao

setor público, com foco principal nas áreas de saúde e educação, e, majoritariamente, para a própria Prefeitura de Goiânia, além da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Instituto Federal de Goiás (IFG).

A decisão contrasta com levantamento que aponta que a maior parte dos vereadores optou por direcionar suas emendas a organizações privadas e do terceiro setor, deixando uma parcela reduzida dos recursos para reforçar diretamente a estrutura da administração municipal. Em muitos casos, parlamentares destinaram 100% de suas emendas a entidades, sem qualquer repasse direto a órgãos públicos.

Para Kátia, a escolha é política e também estratégica. "Goiânia enfrenta problemas estruturais graves, especialmente na saúde e na educação. Nesse contexto, fortalecer o serviço público é uma necessidade urgente, não uma opção", defende a vereadora.

## ONGs concentram maior parte dos recursos para saúde

O relatório das emendas impositivas aponta que 19 organizações não governamentais concentram, individualmente, mais de R\$ 2 milhões em emendas parlamentares previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026. Juntas, essas entidades absorvem cerca de 44% de todo o orçamento impositivo do município, em um cenário marcado por forte concentração de

recursos e pelo esvaziamento das destinações diretas à rede própria de serviços públicos.

Entre as organizações que mais receberam recursos estão institutos e associações que atuam nas áreas de saúde, assistência social, educação e cultura, muitas delas já recorrentes no destino de emendas em exercícios anteriores.

A lista aponta que os

valores permanecem elevados e concentrados em um número restrito de entidades, especialmente em um ano de calendário eleitoral, quando esse tipo de destinação costuma ganhar maior visibilidade.

O cenário identificado em 2026 repete um padrão já observado no orçamento do ano anterior. Em 2025, segundo levantamento publicado pela Tribuna do Planalto, ape-

nas R\$ 4,1 milhões de um total de R\$ 160 milhões em emendas impositivas foram destinados diretamente a unidades próprias da rede municipal de saúde de Goiânia, o equivalente a menos de 3% do total, mesmo com a obrigação legal de aplicar ao menos metade dos recursos no setor.

À época, apenas seis dos 35 vereadores da legislatura anterior direcionaram emen-

das para estruturas públicas como CAIS, UPAs, CAPS e maternidades, enquanto a maior parte dos recursos foi canalizada para entidades privadas sem fins lucrativos.

A legislação que rege essas organizações permite maior autonomia na gestão interna, e a fiscalização externa depende do cumprimento de normas específicas dos convênios estabelecidos junto à administração.

## ANÁPOLIS

# Às vésperas de torneio, mães denunciam atraso do Bolsa Atleta para filhos

Arquivo pessoal



**Ana Júlia, de 15 anos, compete no jiu-jítsu e está com a bolsa na categoria de alto rendimento em atraso**

Falta de repasses do programa municipal compromete treinos, viagens e participação de jovens atletas em competição internacional; Secretaria de Esportes confirma atraso e Prefeitura promete retomada dos pagamentos após o dia 15 de fevereiro

**Carlos Nathan Sampaio**

Às vésperas do Campeonato Europeu de Jiu-Jítsu da IBJJF, que será realizado em Lisboa, Portugal, jovens atletas de Anápolis e suas famílias vivem um cenário de incerteza e indignação. Mães de beneficiários do programa municipal Bolsa Atleta denunciam o atraso no pagamento das parcelas referentes ao ano de 2025, situação que tem comprometido diretamente a preparação, os treinamentos e a participação dos atletas na competição internacional, marcada para a próxima semana.

O Bolsa Atleta é um programa da Prefeitura de Anápolis criado para incentivar e apoiar financeiramente atletas em formação, de rendimento e de alto desempenho. O benefício pode ser utilizado para cobrir despesas com educação, alimentação, saúde, treinamento, aquisição de equipamentos esportivos, pagamento de taxas de competições e transporte para participação em eventos fora do município. Em Anápolis, o programa prevê o pagamento de sete parcelas ao longo do ano de 2025, com valores definidos conforme a categoria do atleta: R\$ 250 para a Base I, R\$ 400 para a Base II e R\$ 550 para a categoria

Rendimento.

Apesar da previsão contratual, os beneficiários relatam que apenas três parcelas foram pagas até o momento, restando quatro repasses em atraso. O problema, segundo as famílias, é que o programa não cobre todos os custos do esporte de alto rendimento, mas funciona como um apoio essencial para viabilizar competições, especialmente aquelas realizadas fora do país.

A advogada Yasmin Silva Peixoto, mãe da atleta Ana Júlia Silva Muniz, de 15 anos, é uma das que denunciam o atraso. A jovem compete no jiu-jítsu e é contemplada com a bolsa na categoria de alto rendimento. Ana Júlia tem viagem marcada para o dia 20 de janeiro, com participação no Campeonato Europeu da IBJJF prevista para o dia 22, em Lisboa.

“De acordo com o contrato do Bolsa Atleta, devem ser pagas sete parcelas no ano de 2025, mas até agora só recebemos três. Estou em um grupo de mães de atletas de outros esportes e ninguém recebeu. Esse valor é justamente para ser usado em competições e treinos. Muitos atletas deixaram de

competir por falta do recurso”, afirmou Yasmin.

Segundo ela, não há uma previsão concreta para a regularização dos pagamentos. “O secretário de Esporte sempre joga para frente. Minha filha compete muito. Essa bolsa não paga todos os gastos, mas ajuda bastante. Semana que vem ela vai para o Europeu em Lisboa e a situação é de total descaso com os atletas”, criticou.

Yasmin também questiona a gestão dos recursos públicos destinados ao esporte no município. “Se olharmos a prestação de contas da Prefeitura, houve muitos gastos com o desporto, mas os atletas continuam sem receber a bolsa. O valor do benefício é o mesmo desde quando o programa foi instituído, ainda na gestão do prefeito (Antônio) Gomide, em 2011. Tudo aumentou, menos a bolsa”, ressaltou.

Ela destaca ainda que os custos das modalidades esportivas são elevados. “As corridas de rua, por exemplo, gastam muito mais, mas não posso afirmar valores exatos. Muitos comentam que até empresas que ganharam licitações não receberam. O prefeito prometeu pagar dez

parcelas neste ano, mas é difícil acreditar, porque para abrir um novo edital é necessário concluir o pagamento do anterior. Ele diz que valoriza o esporte, mas não demonstra isso na prática”, completou.

Outra mãe que confirma as denúncias é Edileuza Sérgio de Oliveira Soares, cuidadora e mãe do atleta Enzo Rian de Oliveira Soares, também praticante de jiu-jítsu e igualmente classificado para o Campeonato Europeu da IBJJF, em Lisboa, ao lado de Ana Júlia. Segundo ela, o atraso no Bolsa Atleta impacta diretamente os custos da viagem internacional, que envolvem passagens aéreas, hospedagem, alimentação, inscrição e aquisição de equipamentos.

O programa Bolsa Atleta de Anápolis contempla diversas modalidades esportivas, como atletismo, basquete, capoeira, ciclismo, futebol, futsal, handebol, judô, karatê, kickboxing, natação, patins e skate (práticas radicais), taekwondo, tênis, tênis de mesa, vôlei, xadrez e jiu-jítsu. Para participar, os atletas precisam cumprir critérios específicos. Na Base I, é exigido que o atleta esteja matriculado e

frequentando a escola e vinculado a uma instituição esportiva. Na Base II, além desses requisitos, é necessário ser federado. Já na categoria Rendimento, o atleta deve ser federado, estar entre os 20 primeiros do ranking e ter participado de competições em nível nacional.

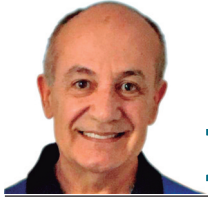
Procurado, o secretário municipal de Esportes, Divino Antônio Santa Cruz, confirmou o atraso no pagamento das bolsas. Segundo ele, ainda faltam quatro parcelas para a finalização do cronograma previsto. O secretário explicou que, no final do ano passado, a Prefeitura enfrentou dificuldades financeiras que resultaram no cancelamento de empenhos de diversos contratos, incluindo o do Bolsa Atleta.

“Realmente está atrasada. Faltam quatro parcelas para finalizar o pagamento. No final do ano passado, devido à falta de recursos financeiros, a Prefeitura teve que cancelar o empenho de vários contratos, e um deles foi o das bolsas. Neste ano, o pagamento está previsto para começar a ser retomado em fevereiro, a partir do dia 15”, afirmou Divino Antônio Santa Cruz.

Em nota oficial, a Prefeitura de Anápolis confirmou a informação e informou que os pagamentos serão retomados após o dia 15 de fevereiro. “A Prefeitura informa que o pagamento dos bolsistas será retomado em fevereiro, após o dia 15. O cronograma já está sendo organizado pela Secretaria de Economia e as informações serão repassadas aos beneficiários pelos canais oficiais”, diz o comunicado.

Enquanto aguardam a regularização dos repasses, famílias seguem arcando sozinhas com os altos custos do esporte competitivo. Para as mães, o atraso não é apenas uma falha administrativa, mas um sinal de desvalorização dos atletas que representam Anápolis fora do país. Às vésperas de uma das competições mais importantes do calendário internacional do jiu-jítsu, o sentimento predominante é de frustração, insegurança e abandono.

# ESPORTE



## Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

### Futebol do interior mostra fragilidade no início do Goianão

Um abismo técnico e financeiro separa os clubes da capital e as equipes interioranas neste campeonato goiano. As primeiras rodadas registraram uma superioridade inquestionável, que passa pelo nível das contratações realizadas e pela capacidade financeira limitada dos nove clubes que representam o interior na competição estadual. Com duas rodadas concluídas, não dá para destacar nenhum time interiorano com favoritismo para chegar a uma final de campeonato.

Nem os tradicionais Crac de Catalão, Anápolis, Goiatuba e Aparecidense mostraram qualidades até o momento para fazer frente aos clubes da Capital, favoritos disparados para conquistar o título mais uma vez. Tradicionalmente mantidas pelas prefeituras municipais,

as agremiações do interior encontram a cada ano maiores restrições de apoio, considerando que as prefeituras vivem em acentuada penúria financeira. É o caso da Aparecidense, que para esta temporada está se virando sem verba pública municipal, por dificuldades anunciadas pelo prefeito Leandro Vilela ainda no ano passado.

A inexistência de um calendário anual também dificulta muito a montagem de um elenco competitivo na maioria dos clubes do interior. É o caso do Centro Oeste, caçula do Goianão, Inhumas, Jataiense e Anapolina. Goiatuba, Anápolis e Aparecidense, que têm participações garantidas em competições nacionais durante todo o ano, também enfrentam sérios problemas financeiros, pois além das restrições



Divulgação

Goiatuba, decepção no campeonato goiano

financeiras do poder público municipal, ainda encontram resistência no empresariado de seus municípios em termos de patrocínio para ajudar a manter o clube em atividade durante toda a temporada.

Mesmo os clubes da capital, que possuem fontes de receita muito superiores aos clubes interioranos, apresentaram até o momento equipes limitadas tecnicamente. Vila Nova e Atlético venceram os dois primeiros jogos, mas sem mostrar um futebol

capaz de convencer seus torcedores. O Goiás começou deixando a impressão que seria a principal força do campeonato, ao golear o Goiatuba por 4 a 0 na Serrinha, mas não mostrou o mesmo desempenho em Catalão contra o Crac, jogando um futebol apático, desanimador para o torcedor que compareceu à Arena Rifertil. O campeonato está só no começo, mas o título estadual dificilmente sairá da capital. O interior não mostrou força suficiente para conquistar o troféu.

### Rodízio de jogadores na Série B

O nível de contratação de Goiás, Vila Nova e Atlético é desanimador. As três equipes vão disputar mais uma vez a série B do campeonato brasileiro e os atletas que estão sendo adquiridos são rodados em outras equipes da mesma competição. Muitos deles já passaram pelos clubes de Goiânia e não deixaram boas lembranças. É o caso de Marquinhos Gabriel, 35 anos, que chegou como a grande contratação do Vila Nova, mas passou pelo Goiás sem nenhum brilho. No mesmo Vila Nova, Janderson chegou para ser ídolo, mas na última passagem pelo Atlético não deixou boas recordações e, no ano passado, foi reserva no Clube do Remo.

O Goiás escolheu o pobre futebol alagoano como seu principal fornecedor de "reforços" para as temporadas de 2025 e 2026. Ano passado brigou com o time de Maceió para ter Anselmo Ramon como seu homem gol. O jogador foi contratado, mas aos 37 anos, não tem dado conta do recado. Não satisfeito, trouxe Gegê, meio de campo que ficou na reserva do limitado CRB, eterno participante da Série B do campeonato brasileiro. Ainda em Alagoas, o Goiás bus-

cou o meia Bryan, que disputou a série C do brasileiro pelo CSA. O jogador atua na posição mais carente do clube esmeraldino, mas não consegue ser titular.

No Atlético a situação se repete. Adson Batista trouxe Igor Henrique, ex-Vila Nova, Kevin Ramírez, do fraco Amazonas e Geovane, que também já jogou nos dois adversários goianos da série B. Sem dinheiro para contratar jogadores de expressão nacional, clubes goianos ficam na mesmice, às vezes contratam jogadores desconhecidos na esperança de revelar algum jogador e fazer um bom dinheiro em futuras negociações. Foi o caso de Wellington Rato, vendido ao São Paulo e por último, o zagueiro Alix, o volante Baralhas e o goleiro Ronaldo, todos negociados pelo Atlético.

Não existe mais ousadia no futebol goiano. Mas já existiu. Nas décadas de 70 e 80, nossos clubes contrataram jogadores que foram titulares em times considerados grandes nos principais centros do futebol brasileiro. Foi o caso de Danival, Modesto e Herivelto, no Vila Nova, Formiga, que era titular no Santos e foi comprado pelo Goiás, além de Baltazar,



Anselmo Ramon e Gegê não reforçam o Goiás

Dario, Dodô, Fabão, Iarley e muitos outros. Com as dificuldades financeiras e as mudanças que acontecem no cenário esportivo nacional e internacional, resta aos clubes goianos se adaptarem aos novos tempos, negociarem com empresas sólidas e confiáveis e passarem o comando das agremiações para as Sociedades Anônimas do Futebol, com poder de investimento capaz de devolver o futebol goiano o protagonismo que já teve no futebol nacional.

Mas é preciso desapego. Por aqui, todos falam em SAF, mas ninguém quer entregar os clubes para uma

administração profissional, fora de seus "currais". O Atlético Goianiense concluiu o processo de transição, estando habilitado para se transformar em SAF. O clube agora espera atrair capital para aumentar o investimento no futebol e também no patrimônio. Ocorre que o presidente da SAF é o próprio Adson Batista, atual presidente executivo. Valdivino José de Oliveira passa a ocupar a presidência da Associação Atlético-Go. Será que alguém vai investir no Atlético para Adson e Valdivino administrarem o dinheiro a ser investido? Eis a questão.



Michael a caminho do Santos

✓ O técnico Felipe Luis, do Flamengo, resolveu liberar jogadores considerados medalhões, além de Wallace Yan, Carbone e Iago, que sairão para adquirir experiência. Dos atletas com altos salários, serão negociados Michael e De La Cruz.

✓ Hayner, lateral que joga na direita e na esquerda, atuou no ataque vilanovense contra a Anapolina. O jogador polivalente, afirmou que joga onde o treinador o colocar. "O importante é estar no grupo e ajudar a equipe", disse Hayner.

✓ O artilheiro Marcão, de 40 anos, é o camisa 9 da Aparecidense no campeonato goiano. Com todo o respeito à história do jogador, que marcou muitos gols defendendo o Atlético Goianiense, Marcão dificilmente vai alcançar o mesmo nível dos demais jogadores na competição.

✓ O lateral Nicolas, contratado pelo Goiás, até o presente não mostrou ser melhor do que Moraes e Lucas Lovat. Os meias Lourenço e

Gegê, além do atacante Bruno Sávio também não mostraram nada além do que os jogadores que estavam no ataque esmeraldino no ano que passou.

✓ Com base no que apresentaram no meio da última semana, o Atlético leva um pequeno favoritismo para vencer o clássico contra o Goiás no domingo. Venceu o Anápolis e a Aparecidense sem jogar um grande futebol, mas o Goiás foi pior no empate contra o Crac.

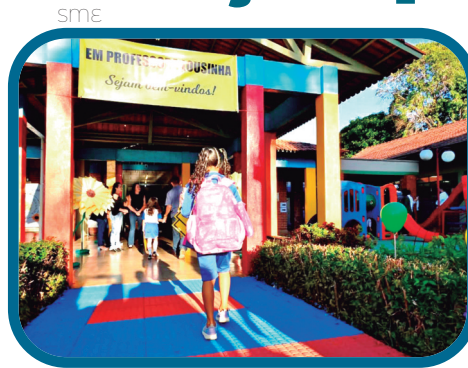
✓ Umberto Louzer e Daniel Paulista precisam melhorar o desempenho de Vila e Goiás no campeonato goiano, caso contrário, as cobranças começarão a incomodá-los.

# ESCOLA

## METAS

# Volta às aulas define o ritmo de 2026 e reforça diretrizes para a educação pública em Goiás

Calendários já divulgados apontam início das aulas em janeiro, foco em planejamento pedagógico, ampliação do tempo integral e cuidado com o desenvolvimento integral dos estudantes



**Calendário escolar de 2026 de Goiânia prevê 201 dias letivos, garantindo organização pedagógica e continuidade do ensino dos estudantes**

O primeiro semestre segue até 30 de junho, com 109 dias letivos, e o segundo começa em 3 de agosto, encerrando-se em dezembro, com 92 dias de aula. O documento também prevê 11 dias destinados ao planejamento coletivo e aos conselhos de classe, dois deles antes do início das aulas, nos dias 16 e 19 de janeiro.

**Dhayane Marques**

O ano letivo de 2026 começa com datas definidas, metas claras e diretrizes que reforçam organização pedagógica, equidade e qualidade do ensino nas redes pública estadual e municipal de Goiás. O retorno às aulas marca não apenas o reencontro de estudantes e professores, mas também a consolidação de políticas educacionais que orientam o funcionamento das escolas, a distribuição de profissionais e os investimentos na aprendizagem.

Em comum, os calendários escolares seguem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), asseguram o míni-

mo de dias letivos exigidos por lei e reservam períodos específicos para planejamento coletivo, conselhos de classe e organização interna das unidades. A proposta é garantir previsibilidade, continuidade pedagógica e melhores condições de ensino ao longo de todo o ano.

### REDE ESTADUAL AMPLIA INVESTIMENTOS

Na rede pública estadual de Goiás, o ano letivo de 2026 tem início em 20 de janeiro e segue até 18 de dezembro, com 200 dias letivos. O primeiro semestre se encerra em 30 de junho, enquanto o segundo começa em 3 de agosto.

Atualmente, a rede estadual atende mais de 444 mil estudan-

tes em todas as regiões do estado. Entre os destaques deste início de ano está a inauguração do Centro de Ensino em Período Integral (Cepi) Lyceu de Goiânia, o primeiro colégio público bilíngue do estado, prevista para o dia 23 de janeiro.

Além do calendário, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc-GO) mantém políticas de permanência e incentivo à aprendizagem, como a distribuição de kits escolares e uniformes, o Bolsa Estudo, a entrega de Chromebooks para alunos do ensino fundamental e médio, além dos programas Profissionaliza Goiás e GoiásTec, que

ampliam o acesso à formação técnica e à educação mediada por tecnologia, especialmente em regiões mais distantes.

### GOIÂNIA ORGANIZA ANO LETIVO COM 201 DIAS DE AULA E FOCO NO PLANEJAMENTO

A Rede Municipal de Educação de Goiânia inicia o ano letivo de 2026 no dia 20 de janeiro, com término previsto para 18 de dezembro, totalizando 201 dias de aula. O calendário foi divulgado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) por meio de ofício orientador encaminhado às escolas e aos Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis).

Além da definição das datas, o calendário estabelece diretrizes sobre horários de funcionamento, carga horária diária e organização pedagógica conforme cada modalidade de ensino. A SME também publicou orientações para a modulação dos profissionais que atuam nos CMEIs e CEIs, com o objetivo de garantir equilíbrio na distribuição de recursos humanos e fortalecer o atendimento às crianças.

Para 2026, a gestão municipal destaca metas como a ampliação do tempo integral, investimentos em alfabetização, abertura de novas salas de aula, criação de EMEIs e fortalecimento do uso de tecnologia nas escolas.

## ERGONOMIA

# Volta às aulas acende alerta sobre o peso das mochilas e a saúde das crianças

Com o início do ano letivo, pais, responsáveis e escolas precisam redobrar a atenção a um detalhe que costuma passar despercebido na rotina escolar: o peso das mochilas. O Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer) alerta que o transporte excessivo de material escolar pode provocar danos à coluna vertebral das crianças, justamente em uma fase decisiva do desenvolvimento físico.

Segundo especialistas, o problema não se resume ao desconforto imediato. O ortopedista Henrique do Carmo explica que o excesso de peso sobrecarrega músculos e articulações, favorece alterações posturais e pode comprometer o crescimento saudável da coluna. "Esses impactos, quando repetidos diaria-

mente, tendem a se acumular e gerar consequências a médio e longo prazo", destaca.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a mochila escolar não ultrapasse 10% do peso corporal da criança. Na prática, isso significa que um estudante com 40 quilos não deve carregar mais de quatro quilos diariamente. Respeitar esse limite reduz riscos e contribui para uma rotina escolar mais segura.

O uso correto da mochila também faz diferença. O ideal é optar por modelos com duas alças largas, acolchoadas e ajustáveis, utilizadas sempre nos dois ombros. A mochila deve ficar próxima ao corpo, posicionada poucos centímetros acima da cintura, o que ajuda a distribuir melhor o peso e dimi-

nuir a sobrecarga na coluna. Ao colocá-la ou retirá-la do chão, a orientação é dobrar os joelhos, evitando inclinar o tronco.

Outro ponto essencial é a organização do material escolar. Livros e cadernos mais pesados devem ficar próximos às costas, enquanto objetos desnecessários precisam ser deixados em casa. "A mochila não pode virar um depósito móvel", reforçam os especialistas.

Pais e responsáveis devem ficar atentos a sinais de alerta, como dores frequentes nas costas, ombros ou pescoço, marcas das alças na pele, postura inclinada ao caminhar e cansaço excessivo. Esses indícios apontam sobrecarga do sistema musculoesquelético e exigem atenção imediata.

As mochilas de rodinhas surgem como alter-

nativa para estudantes que precisam transportar maior volume de material. Ainda assim, exigem cuidados, como ajuste correto da haste, uso em superfícies planas e alternância do braço que puxa a mochila. Mesmo nesse modelo, o peso transportado precisa de controle.

Para o Crer, a prevenção depende de uma ação conjunta entre família e escola. Medidas simples, como rodízio de materiais, uso de armários, adoção de recursos digitais e pausas para movimento ao longo do dia, fazem diferença no desenvolvimento saudável das crianças.

No retorno às aulas, garantir aprendizado passa também por proteger o corpo. Afinal, conhecimento pesa, mas dor nas costas não precisa fazer parte do currículo.

## SELEÇÃO

# Aparecida prepara novo concurso da Educação

A Prefeitura de Aparecida de Goiânia autorizou a preparação de um novo concurso público para a Secretaria Municipal de Educação, por meio do Decreto nº 52/2026, publicado nesta quarta-feira (14). O planejamento do certame ficará a cargo das secretarias de Administração e Educação, com apoio da Procuradoria Geral do Município, e surge após a suspensão do edital lançado em 2024, que foi barrado por órgãos de controle devido a possíveis irregularidades.

Segundo a atual gestão, a revogação garantiu segurança jurídica e atendimento às recomendações do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO). O novo concurso está em fase de planejamento orçamentário e financeiro e terá formato diferente do anterior. Informações como número de vagas, cargos, banca organizadora e cronograma só serão divulgadas após a conclusão dessa etapa.